



**RELATÓRIO DA SESSÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DO FÓRUM PARLAMENTAR DA SADC DE ALIMENTAÇÃO, AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS (FANR), DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL E PROGRAMAS ESPECIAIS (HSDSP), E DE IGUALDADE DE GÊNERO, PROMOÇÃO DA MULHER E DESENVOLVIMENTO DA JUVENTUDE (GEWAYD), REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2021**

**1. PREÂMBULO**

Senhor Presidente, solicito que esta Assembleia Plenária aprove o Relatório da Sessão Conjunta das Comissões Permanentes do FP da SADC de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais (FANR); de Desenvolvimento Social e Humano e Programas Especiais (HSDSP); e de Igualdade do Género, Promoção da Mulher e Desenvolvimento da Juventude (GEWAYD) à 49ª Sessão da Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC, apresentado à Assembleia a 25 de Junho de 2021.

**2. CREDENCIAIS DOS MEMBROS DAS COMISSÕES**

A Sessão Conjunta das Comissões Permanentes do Fórum Parlamentar da SADC contou com a presença dos seguintes Deputados:

<b>Nº.</b>	<b>NOME</b>	<b>PAÍS</b>
1.	Sra. Deputada Helena Bonguela	Angola
2.	Sra. Deputada Maria Nascimento	Angola
3.	Sra. Deputada Luisa Damião	Angola
4.	Sra. Deputada Talita Monnakgotla	Botswana
5.	Sra. Deputada Anne Marie Mbilambangu	RDC
6.	Sr. Deputado Lekhetho Mosito	Lesoto
7.	Sr. Deputado Lovanirina Célestin Fiarovana	Madagáscar
8.	Sra. Deputada Marie Jeanne D'arc Masy Goulamaly	Madagáscar
9.	Sr. Deputado Lova HerizoRajaobelina	Madagáscar
10.	Sr. Deputado Lovanirina Célestin Fiarovana	Madagáscar
11.	Sra. Deputada Bertha Mackenzie Ndebele	Malawi
12.	Sra. Deputada Lonnie Phiri	Malawi
13.	Sra. Deputada Paula Kooper	Namíbia
14.	Sra. Deputada Rosie Bistoquet	Seychelles
15.	Sr. Deputado Rocky Uranie	Seychelles

- |     |  |               |
|-----|--|---------------|
| 16. | Sra. Deputada Nkhensani Kate Bilankulu | África do Sul |
| 17. | Sr. Deputado Desmond Lawrence Moela    | África do Sul |
| 18. | Sra. Deputada Paurina Mpariwa          | Zimbabwe      |
| 19. | Sr. Deputado Goodlucky Kwaramba        | Zimbabwe      |
| 20. | Sra. Deputada Tambudzani B Mohadi      | Zimbabwe      |

### **3. SESSÃO CONJUNTA**

A Sessão Conjunta realizou-se sob o tema, "**Responsabilidade Social e Supervisão da Implementação dos Compromissos Regionais da SADC na Saúde e Agricultura.**"

### **4. OBSERVAÇÕES INTRODUTÓRIAS E DE BOAS-VINDAS**

A Sessão Conjunta foi presidida pela Senhora Deputada Bertha Ndebele, Presidente da Comissão Permanente de Desenvolvimento Social e Humano e Programas Especiais (HSDSP). A Senhora Deputada Ndebele agradeceu a todos os Deputados, à Senhora Boemo Sekgoma, Secretária-Geral, à Senhora Julie Middleton, Gestora do PSA Consortium e sua equipa, bem como a todas as pessoas de recurso por terem disponibilizado tempo para participar na sessão conjunta das Comissões do FP da SADC.

A Senhora Deputada Ndebele referiu que a SADC tinha adoptado muitos Protocolos robustos que continham os objectivos de desenvolvimento da Região em diferentes áreas temáticas. Contudo, a implementação estava aquém do desejado. A Senhora Presidente apontou que a reunião era, portanto, oportuna como oportunidade para que os Deputados deliberassem sobre a forma como podiam apoiar a implementação dos compromissos regionais da SADC nas áreas da saúde e agricultura. Elogiou ainda a Região da SADC por gerir habilmente a pandemia da COVID-19 e manifestou a esperança de que a região pudesse aproveitar esta oportunidade para fazer avançar a agenda regional.

Nos seus comentários de boas-vindas, a Senhora Boemo Sekgoma, a Secretária-Geral do Fórum, declarou que a reunião fora oportuna, dada a importância social e económica dos sectores da saúde e da agricultura na região da SADC que, desde 2020, tinham sido profundamente afectados pela pandemia da COVID-19.

A Secretária-Geral salientou que, de acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento, o Produto Interno Bruto (PIB) de África tinha contraído 2,1 por cento em 2020, correndo-se o risco de 39 milhões de africanos caírem em situação de pobreza extrema em 2021, enquanto as mulheres sentiriam desproporcionadamente os efeitos da pobreza. Havia, portanto, necessidade de os Estados Membros aproveitarem as medidas de protecção social para proteger a população dos efeitos da perda de receitas.

A Secretária-Geral afirmou ainda que o PF da SADC acreditava que o planeamento e a adopção de políticas apropriadas poderiam transformar desafios em oportunidades e conduzir à retoma dos sectores da saúde e da agricultura. A Senhora Sekgoma também apelou a que se repensasse a estratégia para o sector da saúde de forma a priorizar o fornecimento de medicamentos essenciais para as doenças existentes, como o VIH/SIDA, a tuberculose e a malária. De igual importância era a necessidade de assegurar que as vacinas contra a COVID-19 fossem acessíveis aos cidadãos da SADC, disse a Secretária-Geral.

A Secretária-Geral apelou à região da SADC que apresentasse soluções concretas e duradouras relativamente ao acesso às vacinas e aos Parlamentos que assegurassem uma implementação eficaz através de uma maior responsabilidade social e supervisão.

Voltando ao sector agrícola, a Senhora Sekgoma salientou que as perspectivas para 2020 a 2021 estavam a decrescer devido às perturbações causadas pela Covid-19 e catástrofes naturais como ciclones, inundações e correntes de ar sazonais. A Secretária-Geral apelou aos parlamentos que reforçassem a supervisão da implementação da Declaração de Malabo, da Política Agrícola Regional e do Plano de Investimento e de outros compromissos regionais, acrescentando que estas acções eram fundamentais para a realização do pleno potencial da agricultura.

A Secretário-Geral concluiu reiterando o compromisso do FP da SADC, como porta-bandeira da democratização e desenvolvimento sócioeconómico para a região da SADC, em assegurar a adaptação ao contexto nacional e a implementação dos compromissos regionais pelos Estados Membros, acrescentando que isto era importante para promover a responsabilização democrática e os direitos humanos.

## **5. REFORÇAR A RESPONSABILIDADE SOCIAL NA REGIÃO DA SADC - ANTECEDENTES DA PSA ALLIANCE E DESTAQUES DO COMUNICADO DA CIMEIRA ORÇAMENTAL REGIONAL DE 2019 - JULIE MIDDLETON, DIRECTORA DO CONSORTIUM PROJECT, PSA ALLIANCE**

A Senhora Julie Middleton manifestou a sua gratidão pela oportunidade de interagir com os Deputados e informou a Sessão Conjunta que a Parceria para a Aliança da Responsabilidade Social (*Partnership for Social Accountability Alliance (PSA)*) tinha como objectivo melhorar a responsabilização e a resposta à discriminação de género na gestão da saúde pública (particularmente nas áreas dos serviços de VIH/SSR para adolescentes e jovens) e agrícola (prestação de serviços a pequenos agricultores).

A Sra. Middleton informou a reunião que a PSA esperava alcançar o seu objectivo através da facilitação da implementação e supervisão de compromissos regionais seleccionados da SADC em cinco países da SADC, a saber, Malawi, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. Afirmou também que as intervenções do projecto PSA se norteavam principalmente pela promoção dos Sistemas de Responsabilidade Social baseada num processo integrado de cinco fases, a saber: planeamento e afectação de recursos; gestão de despesa; gestão de desempenho; integridade pública e supervisão.

A Sra. Middleton indicou que a PSA tinha celebrado um acordo de colaboração com o PF da SADC e exercia actividades de desenvolvimento de capacidades e de advocacia a nível nacional e regional. O trabalho da PSA levava, por exemplo, à criação do Gabinete do Orçamento Parlamentar (PBO) no Malawi, e ao recebimento por três conselhos distritais de fundos substanciais para apoiar pequenos agricultores do sexo feminino nos orçamentos de 2021/2022 na Tanzânia. A colaboração entre a PSA e o FP da SADC tinha apoiado diversas actividades, incluindo a disponibilização de pessoas de recurso para a reunião da Comissão Permanente de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais (FANR) (Novembro 2017, Outubro 2019 e Julho 2020) e o financiamento da visita de intercâmbio de aprendizagem da Comissão Permanente da FANR à Assembleia Legislativa da África Oriental. Em Março de 2019, a PSA e o FP da SADC organizaram, em conjunto, uma Cimeira Orçamental Regional que, entre outras coisas, apelou à atribuição progressiva de pelo menos 10% do orçamento à agricultura, em consonância com a Declaração de Malabo, e ao alinhamento dos investimentos na agricultura com as prioridades dos pequenos agricultores, tais como serviços de extensão e investigação, e ao financiamento de tais actividades.

### **REFORÇAR A RESPONSABILIDADE SOCIAL NA IMPLEMENTAÇÃO DOS COMPROMISSOS REGIONAIS DA SADC ATRAVÉS DA MONITORIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS (*PUBLIC SERVICE ACCOUNTABILITY MONITORING, PSAM*), SRA. RACHEL GONDO**

A Sra. Gondo informou a reunião de que a PSAM estava empenhada em trabalhar com grupos de múltiplos intervenientes a fim de compreender e contribuir para a resolução de problemas específicos da sociedade com origem em falhas sistémicas na gestão de recursos públicos. A Sra. Gondo salientou que a maior parte dos problemas emanava da formulação e implementação deficientes das políticas, do uso indevido e abuso dos recursos públicos e de desacordos entre tecnocratas e políticos relativamente ao tipo e incidência dos mecanismos de prestação de serviços. Afirmou ser imperativo que a gestão dos recursos públicos incluísse um mecanismo funcional de Monitorização da Responsabilidade Social que assegurasse o acesso adequado a bens e serviços, bem como a garantia de direitos civis, políticos e socioeconómicos. A este

respeito, a PSAM tinha adoptado uma abordagem baseada nos direitos à ferramenta da Monitorização da Responsabilidade Social. A ferramenta era útil na medida em que tratava de aspectos e questões críticas em todas as fases do processo.

A Sra. Gondo alertou a reunião que havia muitos desafios na prestação de serviços de SSR e VIH nos países envolvidos no projecto, incluindo voluntários não qualificados e não formados, longos períodos de espera, frustrações com a carga de trabalho, infra-estruturas e equipamento inadequados e, nalguns casos, membros do pessoal antipáticos. Salientou também que havia uma falta generalizada de um mecanismo de tratamento de queixas funcional e que os problemas encontrados pelos pequenos agricultores lesados não eram resolvidos de forma adequada.

### **QUESTIONAR OS COMPROMISSOS DA SADC EM MATÉRIA DE SDSR PARA ADOLESCENTES E JOVENS, SR. PERCY NGWERUME, ESPECIALISTA EM ASSUNTOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Percy Ngwerume, Especialista em Responsabilidade Social, fez uma apresentação sobre o questionamento dos compromissos da SADC em matéria de SDSR para Adolescentes e Jovens (AYP), indicando que a Região da SADC tinha a obrigação de cumprir os seus compromissos em matéria de SDSR, que foram assumidos em diferentes níveis. A nível global, a região assumiu o compromisso de alcançar as metas dos Objectivos Sustentáveis (ODS), especialmente o Objectivo número 3 sobre Saúde e o número 5 sobre Igualdade de Género. Apontou-se que os ODS número 4 e 10, bem como a Meta 90-90-90 de Tratamento do VIH, também eram importantes para a concretização dos objectivos de SDSR. A nível continental, a região foi parte da Agenda 2063: A África Que Queremos, o Plano de Acção de Revisto Maputo (2016-2030) e a Declaração de Abuja sobre o Financiamento da Saúde.

O apresentador salientou que os Parlamentos, através das suas funções representativas, legislativas, orçamentais e de supervisão, tinham um papel importante a desempenhar na promoção dos serviços de SDSR. Os Deputados podiam ampliar a voz das comunidades em relação ao acesso aos SDSR e a outros serviços, acção que deveria ser tomada a nível de círculo eleitoral, nacional e regional. Os Deputados deveriam defender a causa dos SDSR e utilizar provas para eliminar as barreiras sociais, económicas e estruturais aos SDSR e à saúde pública em geral. Além disso, os parlamentos deveriam reforçar a colaboração com as organizações da sociedade civil a fim de utilizar provas e informações actualizadas na sua promoção de causas. Os Deputados deveriam usar os seus poderes legislativos para promulgar leis que promovam os princípios da Carta dos Direitos contida na maioria das constituições e leis da SADC. O Sr. Ngwerume também apelou aos Deputados que instassem os seus respectivos parlamentos a ratificar e implementar instrumentos

internacionais e regionais de direitos humanos e o financiamento para a respectiva adaptação ao contexto nacional deveria ser orçamentado.

### **Deliberações e Recomendações da Plenária**

Nas deliberações subsequentes da reunião chegou-se às seguintes conclusões:

- (a) Os Membros das Comissões Permanentes apelaram a que todos os Estados Membros da SADC passassem a ser incluídos em projectos futuros ao terem notado que devido a limitações de ordem financeira o projecto ficara limitado a unicamente cinco (5) países e ter havido benefícios indirectos para os outros países resultantes dos trabalhos das Sessões da Assembleia Plenária e de Reuniões das Comissões Permanentes do FP da SADC.
- (b) Expressaram o seu apoio ao trabalho da Aliança PSA na promoção da consciencialização do público relativamente à responsabilidade social em países onde o projecto era levado a cabo.
- (c) Relevaram a necessidade premente de se abordar as dificuldades do sector agrícola respeitante ao declínio da sua produtividade, pese embora tivesse havido incremento no financiamento dado ao sector.
- (d) Assinalou-se que alguns dos instrumentos, tais como a Visão sobre a Segurança da Agricultura e Alimentação (2050) eram futurísticos em demasia, suscitando dificuldades para a sua monitorização e avaliação.
- (e) Lamentou-se a falta de uma política e estratégia de desenvolvimento rural na Região da SADC, algo que requeria a devida atenção.
- (f) Deu-se também especial relevância à necessidade de haver vontade e capacidade política dos governos dos Estados Membros da SADC para que fossem cumpridas as respectivas e estipuladas metas financeiras dos sectores da saúde e da agricultura; assinalou-se também que os Membros das Comissões Permanentes saudaram a inovação havida no desenvolvimento e adopção de Leis Modelo para se facilitar a aplicação a nível nacional dos vários compromissos de carácter regional.
- (g) Saudou-se o foco das atenções mantido sobre o sector agrícola, particularmente em relação aos pequenos agricultores, predominantemente dizendo respeito a mulheres, tendo em vista a insegurança alimentar da Região da SADC devido a alterações climáticas, exacerbada presentemente pela pandemia da COVID-19.
- (h) Assinalou-se também, com preocupação, a prevalência da subnutrição e da obesidade na Região; dirigiu-se assim um apelo a todos os governos para que abordassem essa particularidade através de programas sobre nutrição e segurança alimentar.
- (i) Apelou-se a que os pequenos agricultores fossem apoiados para se manterem acima do nível de subsistência e dessa forma também pudessem produzir alimentos de fornecimento ao mercado.

- (j) Apelou-se também ao reforço da responsabilidade social na Região da SADC através de um contínuo desenvolvimento de capacidades em torno de cinco (5) processos-chave; o que levaria à abordagem do insucesso sistémico verificado na gestão de recursos públicos.
- (k) Apelou-se ainda ao reforço do envolvimento da política de advocacia a nível regional, nacional e autárquico, para se assegurar a implementação eficaz de compromissos regionais respeitantes aos sectores da saúde (serviços de SSR) e da agricultura.

## **6. IMPLICAÇÕES DAS DIFICULDADES DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – INCIDÊNCIA NA SEGURANÇA ALIMENTAR E SERVIÇOS AGRÍCOLAS PARA OS PEQUENOS AGRICULTORES – SR. JOE MZINGA – ESAFF**

A apresentação do Sr. Joe Mzinga incidiu sobre as lacunas verificadas na responsabilidade social em serviços agrícolas e as medidas propostas que os Parlamentos podiam tomar. O Sr. Mzinga emprestou especial ênfase ao que considerou ser falta de consulta prévia no planeamento e atribuição de recursos, o que resultava na exclusão de todo o processo das prioridades de pequenos agricultores, indicando também que mesmo a nível regional as consultas a intervenientes de uma certa relevância não passavam de serem feitas de um modo muito *ad-hoc*. Assim sendo, adiantou, apelava-se a que houvesse uma participação mais significativa da parte dos pequenos agricultores, particularmente de mulheres desse sector, e a devolução de poderes às autarquias. A institucionalização das Comissões Nacionais da SADC em cada um dos Estados Membros era identificada como oportunidade soberana para se fazer melhorar a participação a nível autárquico.

No que dizia respeito ao orçamento e à gestão de despesas, considerava-se que tanto eSwatini, como o Lesoto e o Malawi eram os únicos Estados Membros da SADC a terem cumprido as metas financeiras que lhes foram atribuídas pela Declaração de Malabo, havendo ainda Estados Membros a não conseguirem chegar ao preconizado aumento anual de 6% no crescimento agrícola. O Sr. Mzinga lembrou que à margem de qualquer Orçamento de Estado 70% do financiamento da agricultura derivava de donativos de doadores; o que significava não haver registo disso nos respectivos sistemas financeiros públicos. De uma forma geral, a maior parte dos Ministérios de Agricultura recebe os seus fundos tardiamente, raramente recebendo por completo as suas atribuições em cada exercício. Como resultante há projectos de grande relevância, como aqueles de irrigação, de mercados e unidades industriais de transformação, que acabam por estagnar.

A reunião foi informada de que havia falta de planeamento e de quadros para a preparação de relatórios a nível distrital e ministerial, e que de uma forma geral os Estados Membros da SADC não reservavam fundos suficientes para a

investigação e o desenvolvimento. A falta de dados informativos, havendo relatórios oficiais desprovidos dos necessários dados estatísticos para que os vários intervenientes pudessem participar de forma significativa, representava uma das dificuldades existentes. Fazia-se assim uma chamada à acção aos Estados Membros da SADC para que elevassem para a fasquia dos 10% do Orçamento de Estado a bitola orçamental do sector agrícola; os recursos internos deviam suprir gradualmente as necessidades nacionais, a fim de se diminuir a dependência de fontes externas. As dificuldades orçamentais e de gestão de despesas podiam ser abordadas ao alinharem-se os Planos Nacionais de Implementação Agrícola dos Estados Membros da SADC com o Plano Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), devendo também ser prioritária a elaboração de dados estatísticos.

Finalmente, o orador quis relevar que a fiscalização do sector agrícola podia ser melhorada através de uma investigação científica independente e da prestação de assistência técnica aos seus eleitos representantes. Por sua vez, a transformação do Fórum Parlamentar da SADC em Parlamento Regional podia reforçar a fiscalização feita a nível regional.

### **IMPLICAÇÕES DAS DIFICULDADES DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – INCIDÊNCIA EM SERVIÇOS DE SDSR PARA ADOLESCENTES E JOVENS (AYP) –APRESENTAÇÃO DE PERCY NGWERUME, ESPECIALISTA DE ASSUNTOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL**

O Sr. Ngwerume chamou à atenção o facto de que, embora os Estados Membros da União Africana (UA) tivessem acordado em 2001 fazer reservar pelo menos 15% dos seus Orçamentos de Estado ao melhoramento do sector da saúde, em média a respectiva atribuição anual não passava dos 5,3%. O dilema do financiamento do sector da saúde situava-se nos mesmos parâmetros que foram exacerbados pela recessão económica mundial causada pela pandemia da COVID-19, passando a haver acentuado declínio em donativos de doadores, actos de corrupção, e um autêntico desalinhamento de prioridades. Esta situação devia obrigar os respectivos Ministérios da Saúde de Estados Membros da SADC, e agências de implementação de várias medidas, a serem responsabilizados por certas concessões relacionadas com a gestão de recursos públicos, e o insucesso verificado na implementação das recomendações indicadas pelo Auditor-Geral, pelo Provedor, por Comissões Parlamentares, e outras instituições inerentes à defesa da integridade pública.

O orador sustentou que se devia rever e promulgar leis que levassem à redução dos custos de mercadorias essenciais para o tratamento de casos de VIH/SIDA. Deviam ser promulgadas leis para se assegurar o acesso e utilização adequada de serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR e de VIH/SIDA por parte de Adolescentes e Jovens (AYP)). Assim se deveria atender às necessidades de

populações-chave de AYP, de AYP com deficiência, de trabalhadores do sexo, e de outras pessoas vulneráveis. Os Orçamentos de Estado deviam ficar alinhados com prioridades e compromissos assumidos relativamente ao VIH/SIDA. O parecer de pessoas desse grupo AYP devia ser veiculado através de audiências públicas, a fim de se facilitar a inclusão dos seus pontos de vista no planeamento e implementação de serviços de SSR e VIH.

Devia ainda haver informações com base em provas concretas sobre a prestação de serviços de VIH/SSR, adiantou o Sr. Ngwerume, recolhidas através de um envolvimento com a sociedade civil e redes de AYP. Os Parlamentos de Estados Membros da SADC deviam ser encorajados e rever Leis Modelo da SADC relevantes, fazendo uso das respectivas referências na execução da sua função legislativa.

### **Debates e Recomendações da Plenária**

Nas referidas reuniões foram averbadas as seguintes deliberações e resoluções:

- (a) Manifestaram-se preocupações acerca do questionário sobre o estado de saúde geral utilizado para vacinações contra a COVID-19, que parece comprometer a confidencialidade sobre a saúde das pessoas.
- (b) Assinalou-se com preocupação que os jovens tinham de contar com o prévio consentimento dos pais para poderem ter acesso a serviços de SSR, tais como os de Planeamento Familiar, e adiantou-se que deveria ser criado um mecanismo através do qual fossem abordadas as preocupações dos pais, ao mesmo tempo que aos jovens fosse oferecido livre acesso a serviços de SSR.
- (c) Exortaram-se os governos dos Estados Membros e intervenientes nos sectores da saúde e da sgricultura a garantirem uma participação integrada na prestação de serviços de SSR. As consultas prévias e a implementação de programas nos sectores da saúde e da agricultura deviam identificar e incluir as prioridades de potenciais beneficiários.
- (d) Apelou-se a que se atendesse muito em especial à juventude, a pessoas com deficiência e a outros grupos vulneráveis em termos de atribuições orçamentais, assim como se apelou à participação da juventude em consultas pré-orçamentais e a outras medidas de desenvolvimento que fossem equiparáveis aos benefícios advindos de tais iniciativas.
- (e) Expressou-se preocupação acerca da dependência externa de donativos de doadores, que chega a ser da ordem dos 70% nos Orçamentos de Estado de países da Região da SADC. Apelou-se aos Estados Membros da SADC a que suprissem lacunas verificadas na sua capacidade de recolha de receitas e quanto a fugas de fluxos financeiros ilícitos.
- (f) Exortaram-se os Estados Membros a reconsiderarem alguns dos incentivos fiscais concedidos a empresas multi-nacionais e a analisarem os benefícios daí derivados. As Parcerias Público-Privadas (PPP) deviam

- ser consideradas, uma vez que reuniam suficiente potencial para preencherem lacunas em termos de capacidade e de investimentos sendo assim preponderantes para o melhoramento da prestação de serviços.
- (g) Apelou-se à realização de auditorias a Recursos Humanos para a mitigação de perdas de recursos públicos com trabalhadores fantasma. Dava-se amiúde uma perda de recursos com projectos patrimoniais que acabavam incompletos, ao invés do uso de tais projectos ser optimizado, uma vez completados; algo a requerer a devida atenção.
  - (h) Exortaram-se os Parlamentos a investigar a adopção de auditorias e de outras recomendações, e a proporem medidas correctivas. A auditoria de instituições públicas e os trabalhos de fiscalização de Comissões de Contas Públicas deviam ser feitas atempadamente para se assegurar que de imeditato fossem tomadas quaisquer e necessárias medidas correctivas.

## **7. A FUNÇÃO DO FÓRUM PARLAMENTAR DA SADC PARA O REFORÇO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NA IMPLEMENTAÇÃO DE ACORDOS REGIONAIS – SR. SHEUNENI KURASHA, GESTOR DE PROGRAMAS DO FP DA SADC PARA A DEMOCRACIA E A GOVERNAÇÃO/RESPONSÁVEL FOCAL PARA TRABALHOS PARLAMENTARES**

O Sr. Kurasha fez particular alusão ao regionalismo económico em África, que desde o seu início seguiu a liderança do Poder Executivo e era caracterizado por quadros institucionais de fraco impacto, à custa de certa forma da exclusão de outras agências do governo, tais como as do Poder Judiciário e da Legislatura. A SADC tinha identificado e expressado todo o seu empenho em trabalhar nas diferentes áreas temáticas e em conformidade o FP da SADC estabelecera programas e Comissões Permanentes que seguiram uma linha conjunta com as referidas áreas temáticas da SADC.

O orador realçou então o facto de ter sido a Cimeira da SADC a ter estabelecido que fosse o FP da SADC a preencher o autêntico vácuo verificado a nível parlamentar, tendo por objectivo último visar o estabelecimento de um Quadro Parlamentar Regional. Era precisamente neste contexto que o FP da SADC fazia *lobbying* para e chegar à concretização da sua transformação em Parlamento Regional da SADC.

O Sr Kurasha mais adiantou .que o FP da SADC tinha advogado a promoção da implementação de compromissos assumidos a nível regional pela via das Comissões Permanentes, da Comissão de Supervisão da Lei Modelo Parlamentar Regional (RPMLOC) e do Grupo Regional das Mulheres Parlamentares (GRMP). Esses referidos quadros, assim como a própria Assembleia Plenária, tinham por desígnio assegurar que fossem tomadas em linha de conta as perspectivas parlamentares mantidas acerca de assuntos de

relevância regional, incluindo aquelas que dissessem respeito ao desenvolvimento de Leis Modelo. As Resoluções a que os Deputados da SADC chegaram eram partilhadas com os Parlamentos Nacionais que, por sua vez, as endossavam aos respectivos Estados Membros. As Resoluções da Assembleia Plenária revestiam-se de particular importância ao fazerem chamar à atenção dos Estados Membros da SADC questões de fulcral pertinência a afectarem a Região, entre as quais aquelas relacionadas com os sectores da saúde e da agricultura.

---

Sr. Deputado André Léon Tumba  
**PRESIDENTE**

---

Sra. Sharon Nyirongo  
**SECRETÁRIA DA COMISSÃO**